

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

REQUERIMENTO (Do Sr. Fernando Coruja)

Requer audiência na Comissão de Finanças e Tributação para analisar a política de microcrédito do Governo Federal.

Senhor Presidente:

Requeiro a V.Ex.^a, nos termos dos arts. 255 e 177, inciso VIII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública na Comissão de Finanças e Tributação a fim de analisar a situação do microcrédito no Brasil, assim como a política de estímulo ao microcrédito do Governo Federal, Sugiro os nomes abaixo para ser convidados:

01. Isabel Baggio – Presidente Banco da Família
02. Marden Marques Soares - Consultor Banco Central do Brasil
03. Paulo Haus Martins - Advogado Martins Associados
04. José Caetano Lavorato Alves - Presidente ABCRED
05. Luiz José Bueno de Aguiar - Advogado ABCRED
06. Paul Singer - Secretário Nacional de Economia Solidária / Ministério do Trabalho
07. Márcio Henrique Monteiro de Castro - Diretor da área de Inclusão Social e Crédito do BNDES
08. Prof. Jacques Mick - Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Santa Catarina com a Tese: O Carácter Social do Crédito: Microcrédito, combate à pobreza e desenvolvimento alternativo.

JUSTIFICAÇÃO

Lançado há mais de um ano, em 25 de junho de 2003, o programa de microcrédito produtivo não decolou. Hoje, estima-se que apenas 2% dos 16 milhões de potenciais beneficiários do microcrédito estão sendo atendidos no Brasil.

De acordo com as estimativas da Associação Brasileira de Operadores e Gestores de Progeamas e Instituições de Microcrédito – ABCred, esse segmento movimenta R\$ 370 milhões por ano e são atendidos mais de 72 mil microempreendedores. A estimativa é de que, com um programa bem estruturado, haveria demanda para quase R\$ 1 bilhão até o fim de 2005.

O baixo volume dos repasses do BNDES; o teto de juros imposto pelo Banco de Fomento, combinado com a elevação das taxas cobradas das instituições intermediadoras (de TJLP pura, para TJLP mais um percentual que pode chegar a 8% ao ano, dependendo da taxa de juros cobrada na ponta); e a exigência de garantias das instituições de microcrédito vem obrigando-as a buscar outras fontes de recursos, como prefeituras, governos estaduais e ONGs internacionais.

No final de 2003, foi formado um grupo interministerial que, juntamente com a ABCred, trataria do assunto. No início deste ano, representantes dos Ministérios do Trabalho e da Fazenda, bancos federais e entidades de microcrédito reuniram-se para discutir os problemas do microcrédito. Até o momento, porém, o problema persiste.

As instituições de microcrédito, há mais de um ano, sobrevivem apenas do giro dos empréstimos. Isso está resultando no encolhimento ou, no mínimo, cancelamento dos seus planos de expansão e, consequentemente, em um corte abrupto do financiamento aos microempreendedores produtivos.

Assim, fica bastante evidente a necessidade de uma análise mais aprofundada e minuciosa pela Comissão de Finanças e Tributação da política de microcrédito do Governo Federal, buscando um diagnóstico e uma solução para o problema, decisão que submeto aos meus ilustres pares.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 2004

**Deputado FERNANDO CORUJA
PPS/SC**